

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 04 de novembro de 1999

Ano 1 Nº 13

Aberta a 1ª Feira de Integração dos Municípios Catarinenses

Numa parceria firmada entre a Assembleia Legislativa e a Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), foi aberta nesta quarta-feira (3), às 19 horas, no Centrosul, em Florianópolis, a 1ª Feira de Integração dos Municípios Catarinenses (FIMC). Até o dia 7 de novembro, em torno de 100 cidades vão mostrar ao público aspectos culturais, econômicos, turísticos e gastronômicos das mais diferentes regiões do Estado. Temas como a necessidade de captação de receitas próprias pelas prefeituras, marketing das mesmas, entre outros, também serão tratados em seminários. O governador do Estado, Esperidião Amin, secretários estaduais, a prefeita da Capital, Angela Amin, e outras autoridades prestigiaram a cerimônia de abertura da feira.

Falando em nome dos 40 parlamentares, o presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), afirmou que a Assembleia não deve se limitar ao feitiço de leis, mas também estar presente em eventos e movimentos de interesse da sociedade catarinense. Parabenizando os prefeitos e a Fecam pelo empenho na organização, Knaesel destacou a oportunidade dos municípios de mostrar



(foto Jonas Lemos Campos)

Presidentes da Alesc e da Fecam abrem a Feira

seus produtos e da troca de experiência entre os governantes. "A 1ª FIMC será uma vitrine para apresentação de potencialidades de cada cidade, além da integração entre Capital e interior e a cultura diversificada trazida pelos imigrantes. Para prefeitos e secretários, os seminários vão possibilitar informações sobre informática, marketing e outros setores da administração pública",

completou.

Agradecendo o apoio dado por Knaesel à feira, o presidente da Fecam e prefeito de Guaramirim, Antônio Zimmermann, frisou que somente a parceria permite a busca de solução de problemas e a qualidade de vida em Santa Catarina. Ao enfatizar sua alegria pelos prefeitos terem aceito o convite para expor suas riquezas, Zimmermann disse que no próximo ano a FIMC vai se constituir na maior feira realizada em território catarinense.



(foto Jonas Lemos Campos)

Detalhe dos mais de cem estandes da FIMC

**Florianópolis sediará
encontro do Parlasul**

Página 3

**Pagamento de pedágio
poderá ser abatido
do IPVA** Página 6

**Deputados rejeitam vetos
governamentais**

Página 7

OPINIÃO

Estímulo ao emprego



Ciente de que o Estado de Santa Catarina tem enfrentado o drama do crescimento do desemprego, o que redundará na marginalização de expressivo contingente de trabalhadores, encaminhei à Assembléia Legislativa projeto de lei que autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder, a título de estímulo, até 100 por cento dos incentivos fiscais de geração de emprego, às empresas situadas no Estado, desde que comprovem, no ato

da contratação, a geração de primeiro emprego ou de emprego a pessoas com mais de 40 anos.

O drama do desemprego tem afetado de forma mais específica as pessoas com mais de 40 anos. São principalmente chefes de família e aqueles que ainda não acessaram postos de trabalho e, por conseguinte, não adquiriram experiência profissional.

O presente projeto segue o figurino de propostas que tramitam nas Casas do Congresso Nacional e materializará, se aprovado, esforço do Governo do Estado de Santa Catarina no sentido de ampliar o nível de emprego aos segmentos em referência.

O projeto especifica ainda que aos órgãos e entidades da

administração direta ou indireta incumbe destinar, nas nomeações e contratações, 20 por cento do total das vagas a serem preenchidas a pessoas com mais de 40 anos, sem prejuízo das condições específicas de habilitação.

Já no caso de contratações de empresas para a prestação de serviços de manutenção e conservação, o projeto determina que do total das vagas de empregos 30 por cento sejam preenchidas por cidadãos acima de 40 anos.

A idéia que norteia essa iniciativa pode ser objeto de controvérsias quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis em decorrência de entendimento quanto a reservas constitucionais relacionadas à iniciativa de matérias dessa natureza.

Não obstante essa possibilidade, em tese, sinto-me à vontade em aditar ao conjunto de propostas em análise nesta Casa um tema que entendo urgente e relevante, pois parece-me pacífico que o esforço social decorrente é a única via capaz de proporcionar um mínimo de oportunidade às pessoas que o livre mercado vem alijando sistematicamente dos postos de trabalho.

Deputado Cesar Souza (PFL)

Em defesa do porto de Itajaí



As declarações insanas do secretário-executivo do Grupo Executivo de Modernização dos Portos, do Ministério dos Transportes, José Ribamar de Miranda Dias, que ameaçou propor o rompimento do convênio de municipalização do Porto de Itajaí nos preocupa muito. Contra-almirante aposentado pela Marinha, Ribamar ameaça entrar com representação junto à Corregedoria Regional do Trabalho contra a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre trabalhadores portuários e

administração do terminal, alegando que tal convenção concede benefícios que não podiam ser garantidos. Essa atitude representa uma afronta à autonomia do município, que conquistou a gestão municipalizada a duras penas, unindo todas as forças vivas da comunidade.

No passado, foi justamente a mobilização da sociedade itajaiense que impediu que esta mina de ouro, que é o porto de Itajaí - pilar do desenvolvimento local e estadual - fosse entregue aos 'olhos grandes'

da privatização, que tem desmantelado o patrimônio nacional. O Executivo esquece que os trabalhadores portuários ocupam hoje posição estratégica na trílice cadeia de interesses do porto, tal como o empresariado e o poder público, e repassar apenas aos trabalhadores o ônus do alto custo portuário, negando-lhes seus direitos, é um argumento falho.

Aproveito para reafirmar a necessidade de um Fórum Permanente em Defesa do Porto, congregando todas as forças vivas de Itajaí e região, além dos segmentos oficiais envolvidos no sistema portuário, como poder público, trabalhadores e empresários, propondo uma participação mais ampla da sociedade.

Ao fórum caberá acompanhar de perto a gestão portuária e todo o processo de concessão de serviços, evitando sobressaltos como o deste episódio. Contudo, espero que tal disparate da parte do contra-almirante Ribamar seja apenas um caso isolado e que não esteja sendo movido por interesses escusos de grupos privados locais, nacionais ou internacionais, que querem colocar suas garras no porto.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos,
 Maria do Carmo Kravchychyn,
 Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Presidente homenageia assessores de imprensa

Na oportunidade em que a Assembléia lançou as operações em caráter experimental da TV-AL, na última semana, o presidente deputado Gilmar Knaesel prestou homenagem a todos os profissionais que ocuparam o cargo de Diretor de Imprensa do Legislativo e com seu trabalho propiciaram expansão no processo de informação do Poder. Presentes ao ato, receberam medalha comemorativa os jornalistas Osmar Teixeira, Marise Ortiga Rosa, Bonifácio Thiesen, Jamile Machado, Elóia Coutinho de Miranda e Queiroz e Sérgio Lopes. Também foram homenageados os ex-diretores de Imprensa Cleide Winckler e João José de Souza Costa.



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Estados do Sul discutem agricultura na Itália

Na sexta-feira 12, uma delegação composta por representantes dos três Estados do Sul do país viaja para a Itália para participar do Fórum da Agricultura Tri-Vêneta/ Sul Brasil. A comitativa é formada por parlamentares, membros das comissões de agricultura das Assembléias Legislativas, das Secretarias de Estado da Agricultura, do setor cooperativo e universidades. Ao todo serão 30 participantes, dez de cada Estado. A delegação catarinense será chefiada pelo presidente da Assembléia do Estado, deputado Gilmar Knaesel.

O Fórum da Agricultura Tri-Vêneta/ Sul Brasil abordará questões relacionadas à agroindústria, tecnologias de produção, comercialização e marketing, sistema tributário e subsídios, biotecnologia alimentar, associativismo, crédito, seguros e consórcios. As discussões serão complementadas por visitas técnicas. A comitativa sulbrasileira apresentará material multimídia sobre a realidade sócio-econômica e agrícola desta região do Brasil.

Um dos objetivos é fazer contatos que levem à concretização de acordos e intercâmbios no setor agroindustrial. Da Assembléia catarinense irão para a Itália os deputados Gilmar Knaesel, Gelson Sorgatto, Neodi Saretta, Moacir Sopelsa, Milton Sander e Jaime Mantelli. O retorno da comitativa está marcado para o próximo dia 25.

Autonomia para os estados e municípios será tema no Parlasul

“Precisamos colocar em discussão os problemas nacionais sem prejuízo das vocações e peculiaridades de cada estado e região”

Florianópolis foi a cidade escolhida para sediar no próximo dia 9 de dezembro, no Costão do Santinho, o encontro do Parlasul - Parlamento do Sul, que reúne as Assembléias Legislativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. O Parlasul foi instaurado com o objetivo de fortalecer o Poder Legislativo com a formação de blocos parlamentares regionais, tese que se difundiu a partir da criação do Parlamento Amazônico, o primeiro do Brasil. O presidente da Unale - União Nacional dos Legislativos Estaduais, deputado José Miguel Martini, de Minas Gerais, é presença confirmada no encontro de Florianópolis.

No evento da capital catarinense, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Gilmar Knaesel, receberá ainda representantes do Crecenéia (parlamento que reúne seis províncias argentinas). Knaesel levou ao Parlasul, durante o último encontro dia 22 de outubro em Curitiba, a proposta de convidar o Crecenéia a participar das discussões do parlamento que defende os interesses do Sul do Brasil. O presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina acredita que os pontos comuns entre esta região e a

Argentina, com características e problemas semelhantes, além de uma abrangente parceria comercial, podem ser um forte elo na busca conjunta de soluções que levem à retomada do crescimento regional.

Questão interna – Os problemas nacionais, principalmente os relacionados à autonomia defendida pelo Legislativo, despertam grande parte da atenção dos membros do Parlasul. “A necessidade de mais autonomia para os estados e municípios é uma premissa para o desenvolvimento da federação como um todo,” afirma o deputado Gilmar Knaesel, que defende uma maior independência legislativa e administrativa. O presidente do Legislativo paranaense concorda, ressaltando que “precisamos colocar em discussão os problemas nacionais sem prejuízo das vocações e peculiaridades de cada estado e região”. O deputado Maurício Picarelli, vice-presidente da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, exemplifica o quanto os Poderes ainda estão atrelados: “Hoje existe uma inversão de valores no Brasil, pois 70% das leis aprovadas são oriundas do Executivo, sendo que a maioria nem sequer é constitucional.”

COMISSÕES

Coordenador de Recuperação de Crédito depõe na CPI do BESC

O coordenador do Núcleo de Recuperação de Crédito do BESC, Aires Lopes, depôs na última semana na CPI do BESC, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL) e tendo como relator o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). Questionado pela diferença dos números do banco e do Banco Central, a respeito de auditoria feita em março deste ano, Lopes reiterou que durante reunião em Brasília foi acordado que os técnicos catarinenses poderiam contrapor os dados apresentados pelo BC. A sua equipe queria excluir da auditoria os empréstimos liquidados, mas em outra reunião em Florianópolis houve a determinação de que, caso existisse divergências, prevaleceriam os números apresentados pelo BCI.

Desde março de 1996 no cargo e há 27 anos no banco, Aires Lopes declarou que jamais presenciou um critério tão rigoroso estabelecido pelo BC como a inspeção feita no BESC, já que as operações consideradas de risco pelas autoridades federais não tinham a mesma apreciação pelos técnicos da instituição financeira. Quanto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), criado pela União para financiar mutuários e recolhido com atraso pela Bescr de 1971 a 1989, Aires Lopes admitiu que se o governo federal honrasse o pagamento do fundo o fluxo de caixa do BESC apresentaria mudanças e manteria o patrimônio líquido do banco. A comissão já possui uma lista com os 50 maiores devedores do banco.



Aires Lopes depõe na CPI do BESC

Diligências

Foram designados os deputados Ronaldo Benedet (PMDB), relator da CPI e Joares Ponticelli (PPB) para, nesta quinta-feira, procederem nova diligência na sede do BESC, em Florianópolis. Entre outras investigações, os parlamentares se

propõem a checar informações de que o funcionário Jonas Goedert, contador geral do banco, foi afastado do cargo em função de seu depoimento à CPI. Serão objeto de investigação também as informações de tráfico de influência na concessão de empréstimos a grandes devedores.

Criada comissão para tratar de interesses dos madeireiros

Foi instalada na última semana a Comissão Parlamentar Externa (CPE) para tratar dos interesses das associações e sindicatos dos madeireiros do Estado de Santa Catarina. O deputado Sandro Tarzan (PTB), autor do requerimento e eleito presidente da CPE, informou que sua proposta deu-se devido às dificuldades que os madeireiros vêm enfrentado depois que o Estado foi considerado em toda sua extensão como território de Mata Atlântica, através de decreto federal nº 350/93.

Para relator foi escolhido o deputado Romildo Titon

(PMDB). Integram ainda a CPE os deputados Jaime Duarte (PPS), Reno Caramori (PPB) e Onofre Agostini (PFL). Tarzan observou que após a execução do decreto foi aprovada uma lei na Assembléia criando o Plano de Manejo, o que acarretou mais prejuízos àqueles profissionais, pois tiveram de se adequar à nova lei. No entanto, ressaltou o deputado, um mandado de segurança federal suspendeu o corte de madeira no Estado, acabando assim com o plano de manejo e impedindo qualquer tipo de corte de madeira em Santa Catarina.

Acordo garante inclusão de financiamento da saúde no PPA

Num encontro entre lideranças partidárias da Assembléia e o secretário de Estado da Saúde, Eni Voltolini, ficou acertada a inclusão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina a aplicação de 10% da arrecadação de impostos do Estado em Saúde, de autoria do deputado Volnei Morastoni (PT), no Plano Plurianual (PPA), em análise na Alesc. Isto cria a possibilidade de aplicação de um teto definido (10%) para o financiamento da saúde na previsão de investimentos por parte do governo do Estado para os próximos quatro anos. Presentes à reunião no gabinete da Presidência, o deputado Paulo Bornhau-sen

(PFL), relator do PPA, e o deputado João Rosa (PTB), relator do Orçamento 2000.

O parlamentar defendeu a aprovação da PEC no sentido de garantir mais recursos para implantar e viabilizar programas e ações macrorregionais no Estado no âmbito da saúde. Pela proposta apresentada pelo deputado, a aplicação do financiamento se dará de forma escalonada, ou seja, 8% a partir de 2000, 9% em 2001, estabilizando em 10% a partir de 2002. Segundo Morastoni, a proposta de Orçamento para o próximo ano, em tramitação também na Assembléia, prevê percentuais menores, entre 6% e 7%. "Vou conclamar os deputados a ampliarem este teto para, no mínimo, 8%, como está previsto na PEC".

COMISSÕES

Comissão da AL sugere a criação da Agência Catarinense de Desenvolvimento

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa para Geração de Emprego e Renda propõe o encaminhamento de um projeto de lei criando a Agência Catarinense de Desenvolvimento. De acordo com o relatório final da Comissão, a Agência seria uma entidade pública articulada com programas oficiais, linhas de crédito, capacitação profissional, Sebrae, Sine e prefeituras, entre outros, para promover a geração de oportunidades de trabalho e renda.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Jaime Duarte (PPS), a discussão sobre o problema do desemprego não pode se esgotar com o encerramento dos trabalhos no mês de outubro. Instalada no mês de maio, na AL, com a participação de cinco parlamentares e previsão para funcionar durante 90 dias, a comissão teve seus trabalhos

prorrogados por mais dois meses.

Durante o período de atividades (150 dias) a Comissão realizou quatro reuniões

O financiamento de bancos públicos para empresas deve ser condicionado à geração de empregos.

em Florianópolis e duas no interior do Estado (Criciúma e Joinville). Foram ouvidos representantes de entidades do setor patronal, sindicatos dos trabalhadores e poder público que apresentaram

idéias e sugestões para o enfrentamento do problema do desemprego em Santa Catarina.

O relatório sugere que o financiamento de bancos públicos para empresas seja condicionado à geração de empregos. A proposta, segundo Jaime Duarte, é para impedir que os empresários se utilizem de dinheiro público para automatizar os seus empreendimentos.

Diminuição da carga tributária para pequenas e médias empresas, liberação de crédito para a agricultura familiar e a criação de cooperativas, foram algumas das idéias apresentadas durante as reuniões da Comissão Especial. Na próxima semana, o deputado relator Ronaldo Benedet (PMDB), faz a leitura em Plenário, do documento final.

Definidos cronogramas do Orçamento 2000 e PPA

As nove audiências públicas da Comissão do Orçamento Regionalizado, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), serviram para encaminhar reivindicações de obras das lideranças políticas ao Orçamento 2000 e Plano Plurianual de Investimentos (PPA), período 2000-2003. Essas propostas, em forma de emendas, serão analisadas conforme o cronograma estabelecido pela Comissão de Finanças e Tributação, onde ficou estabelecido que seu presidente será o relator do orçamento do próximo ano, enquanto o deputado Paulo Bornhausen (PFL) vai relatar o PPA.

O parlamentar mostrou-se surpreso com a significativa participação dos representantes dos municípios nas audiências, lembrando que a discussão do PPA teve início nesses encontros, que se tornaram mais ágeis e objetivos do que nos anos anteriores. Quanto ao plano, Rosa enfatizou que os delegados eleitos e líderes comunitários tiveram um prazo de 15 dias para estudo, entregando após este prazo as emendas a serem incluídas no PPA. "Houve um consenso de que o OR é bom e que é necessário persistir na idéia para assegurar a continuidade do processo", destacou.

Orçamento 2000
19/10 – Designado relator deputado João Rosa (PTB)
09/11 – Apresentação dos quadros de valores
10 e 11/11 – Prazo para interpor recurso
16/11 – Publicação do parecer preliminar
16 a 22/11 – Prazo para apresentação de emendas
07/12 – Discussão e votação do parecer definitivo na Comissão de Finanças

PPA (2000-2003)
28/10 a 8/11 – Prazo para entrega de emendas
03/11 – Entrega dos formulários (PPA e Lei Orçamentária)
03/11 – Reunião extraordinária da Comissão de Finanças Assunto: Orientação quanto à forma de apresentação de emendas ao PPA e Orçamento 2000
16/11 – Discussão e votação na Comissão de Finanças

PLENÁRIO

Redução no pagamento do IPVA

Foi aprovado em Plenário, o projeto de lei do deputado Nilson Gonçalves (PFL) que determina que a importância paga pelos proprietários de veículos a título de pedágio nas rodovias do Estado seja deduzida do valor do IPVA no exercício seguinte, desde que não ultrapasse em 50% o valor do imposto. O deputado pretende, com a proposta, amenizar as custas de tributos para o cidadão.

A alegação se fundamenta no princípio da bitributação, já que o IPVA pressupõe o dever do Estado de manter as rodovias estaduais em condições satisfatórias.

O relator na Comissão de Transportes, deputado Valmir Comin (PPB), ofereceu parecer favorável justificando que



Deputado Nilson Gonçalves

“a proposição encontra guarida, porque representa um avanço no que se refere ao sistema estadual de viação e à exploração dos serviços de transportes”. Considerou também o amplo alcance social do projeto de lei que agora será encaminhado ao governador para sanção.

Disciplinadas nomeações na administração indireta

A Assembléia aprovou projeto de lei do deputado Neodi Saretta (PT), que estabelece condições e critérios a serem observados para o exercício de cargos de direção, na administração indireta do Estado.

O projeto estabelece que a nomeação para cargos de presidente, vice, diretor e membros de conselho de administração de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundações, terá de apresentar, além dos documentos de praxe, comprovação de formação acadêmica, discriminando os cursos realizados, além de referências quanto à sua capacitação técnica para exercer o cargo pleiteado. É preciso, também, a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais, do SPC, cheques sem fundo, entre outras.

Pelo projeto, a posse no cargo só ocorrerá após apreciação pela Comissão de Fiscalização da Assembléia, de toda a documentação, a qual poderá, se assim o entender, fazer a arguição pessoal do pretendente.

E, com a exoneração do cargo, a pedido ou no interesse do serviço público, o interessado deverá apresentar à Assembléia, pelo período de dois anos após a exoneração, a declaração atualizada de bens, comunicação de ocupação de cargos ou subscrição de cotas ou ações em empresas que operem no mesmo ramo da estatal em que trabalhou, ou em empresas de consultoria, assessoramento e intermediação de contratos com o poder público. Prevê que os atuais ocupantes de cargos nas estatais deverão atender às exigências no prazo de 90 dias

Aprovada eletrificação rural

De origem governamental, e com parecer favorável do relator, deputado Onofre Agostini (PFL), foi aprovado projeto de lei instituindo o “Luz no Campo” - programa de eletrificação rural que será implementado pela Celesc.

A proposta do governo é atender até o ano 2002 cerca de 12 mil propriedades rurais em todo o Estado, resgatando o compromisso da estatal com os consumidores que aderiram ao antigo “Viva Luz”. Segundo informações da Celesc, são 3.401 contratados que já

pagaram de forma integral ou parcial as parcelas devidas, num total de R\$ 1,2 milhão, mas que até o momento não foram atendidos com a execução das obras.

A participação dos consumidores será de 25% do custo total do programa, que tem o financiamento da Eletrobrás e pode ser parcelado junto à Celesc.

No aspecto social, o “Luz no Campo” pretende evitar o êxodo rural e aumentar a produtividade agrícola do Estado.

Desconto no pagamento para inscrição em concurso público

Para que estudantes e trabalhadores que se encontrem desempregados possam participar em igualdade de condições dos concursos públicos, os deputados aprovaram projeto de lei isentando da taxa de pagamento para inscrição em concurso público do Estado as pessoas cuja renda não ultrapasse a dois salários mínimos ou que estejam comprovadamente

sem trabalhar. O projeto, do deputado Onofre Agostini (PFL), garante a isenção às pessoas que mediante a apresentação de comprovante de renda do candidato ou declaração por escrito, atestem estar desempregadas. O projeto prevê a exclusão do candidato do processo seletivo, caso seja constatada a falsidade do comprovante de renda ou declaração.

Aprovada criação da Ouvidoria Geral do Estado

Com o objetivo de possibilitar a comunicação organizada entre o Estado e seus cidadãos, foi aprovado projeto de lei do deputado Jaime Duarte (PPS) autorizando o Poder Executivo a criar a Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina. Outra finalidade é zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade, atuando em defesa dos direitos e interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos junto à Administração Pública

Estadual.

De acordo com o projeto, a Ouvidoria terá o apoio de subsidiárias que se chamarão “ouvidorias da casa”, e que se constituirão em núcleos em cada órgão da administração direta e indireta.

O projeto prevê, ainda, convênios com as prefeituras para que as administrações municipais atuem como “interface” com o Executivo estadual. A ouvidoria também poderá instaurar sindicância para apurar a qualidade dos serviços prestados aos usuários dos serviços públicos.

Deputados rejeitam vetos governamentais

Os dois vetos governamentais apreciados pelos deputados nesta semana foram rejeitados. O primeiro veto total referia-se ao projeto de lei que dispõe sobre a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), recentemente aprovado. O veto governamental teve por base os pareceres da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Procuradoria Geral do Estado, que entenderam que já existe um órgão encarregado de disciplinar esse assunto, que é o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar.

Operações de saída de alho

Em favor dos agricultores catarinenses, o deputado Reno Caramori (PPB) fez indicação ao secretário da Fazenda, solicitando medidas visando a prorrogação do prazo de crédito presumido nas operações de saída de alho, nos mesmos termos do decreto nº 3.269, de 23/10/98, equivalente a 50% do valor do imposto incidente na saída, até o dia 31/12/2000. A proposta visa beneficiar os produtores de alho do Estado, que nos últimos anos enfrentam sérias dificuldades, tanto na época do plantio e colheita quanto na

Banheiro público

O outro veto total derubado era ao projeto de lei do deputado Nilson Gonçalves (PFL), instituindo a obrigatoriedade aos municípios de manterem banheiros em condições de uso nas áreas centrais.

O projeto prevê também que o Executivo municipal também tem a possibilidade de conceder à iniciativa privada o direito de construção, manutenção e exploração dos banheiros públicos.

A justificativa ao veto referia-se ao fato de ser a matéria de competência legislativa do Estado, invadindo a autonomia municipal consagrada na Constituição Federal.

comercialização do produto.

Segundo Caramori a área de plantio de alho vem diminuindo consideravelmente e uma das razões é a falta de financiamento e a importação do produto na entressafra. "Portanto - disse - é imprescindível que o governo do Estado mantenha a prorrogação do prazo de crédito presumido nas operações de saída de alho, oportunizando aos produtores primários o aproveitamento do crédito equivalente a 50% do valor do imposto incidente na saída, até 31 de dezembro de 2000.

Gratificação Cartorária

Através de indicação ao governador do Estado e ao secretário da Segurança Pública, o deputado Heitor Sché (PFL) solicita que seja instituída a gratificação cartorária aos escrivães de polícia, no percentual de 40% sobre a remuneração básica, com incidência de adicional por tempo de serviço.

Segundo Sché a aplicação da medida estimulará e valorizará esses profissionais, que hoje se sentem prejudicados por serem o único segmento impedido de concorrer em escalas de plantão. Diz ainda que o procedimento representa um incremento mínimo nas despesas com pessoal para a administração pública.

Mota quer a manutenção das parcerias na produção de suínos

O deputado Manoel Mota (PMDB) encaminhou requerimento aos secretários Antônio Carlos Vieira (Fazenda) e Odacir Zonta (Agricultura) e ao presidente do Grupo Seara, Sérgio Waldrich, solicitando a manutenção das parcerias de engorda dos suínos com os produtores do Sul do Estado.

Segundo Mota, existem 148 parceiros na região, que produzem aproximadamente 75,5 mil suínos a cada 75 dias. "Esse trabalho representa, a cada produtor, uma renda de R\$ 5,00 a R\$ 7,00 por suíno. Se essas parcerias forem canceladas, os produtores

deixarão de arrecadar R\$ 2 milhões por ano", explica.

O peemedebista esclarece que nos últimos meses ocorreu uma redução no abate pelos frigoríficos. "Anteriormente, eram abatidos cerca de 1700 animais. Hoje esse número não passa de 700, o que já resultou no desemprego de 150 funcionários dos frigoríficos da região Sul".

Mota ressalta que o fim das parcerias vai provocar mais desemprego e a transferência dos animais para os estados do Mato Grosso e Paraná.

Mensagens antidrogas em cadernos e livros

Foi apresentado pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB) projeto de lei que dispõe sobre a veiculação de frases e mensagens antidrogas em cadernos e livros, direcionados à área educacional.

"Considerando que os trabalhos nas escolas ainda são muito tímidos, na área de prevenção, acredito que seja importante trabalhar em diversas frentes e diferentes formas, para que o aluno tenha

consciência dos males provocados pelo uso de drogas", justifica.

O parlamentar considera que o jovem, principalmente no meio escolar, tem sido alvo fácil para os traficantes que vendem e incentivam o consumo de entorpecentes. Vale destacar, no entanto, que o projeto prevê a veiculação de mensagens somente em cadernos e livros confeccionados e distribuídos no Estado.

Mello apresenta projeto sobre transgênicos

Preocupado com a falta de conhecimento e principalmente a falta de informação da população sobre os produtos orgânicos, o deputado Jorginho Mello (PSDB) apresentou projeto de lei obrigando a identificação pelas indústrias de produtos alimentícios do Estado, na embalagem ou rótulo dos produtos destinados à alimentação humana e animal, se os mesmos contêm ou não substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados.

Segundo o parlamentar, pelos levantamentos apresentados recentemente por pesquisadores da UFSC, os genes de resistência a antibióticos inseridos em plantas transgênicas poderão ser transferidos para bactérias humanas, diminuindo as possibilidades de controle de doenças via antibióticos. "Com o projeto pretendo garantir à sociedade o direito de saber se o produto consumido contém ou não substâncias transgênicas", falou.

ESPECIAL

Sessão marca centenário de morte de Hermann Blumenau

A trajetória de Hermann Otto Blumenau, fundador da cidade natal do proponente da Sessão Solene, deputado Wilson Wan-Dall (PFL), foi lembrada em Plenário, contando com a participação de autoridades blumenauenses, além de alunos de escolas do município e da bisneta do homenageado, Jutta Blumenau Nielsen. O parlamentar afirmou que o Centro da Memória Política da Casa possui documentos preciosos sobre a luta do pioneiro em instalar a colônia germânica no Vale do Itajaí, inclusive a carta, datada de 1848 e encaminhada por ele aos deputados da Assembléia Legislativa Provincial, apresentando a Companhia Protetora de Imigrantes Alemães, com sede em Hamburgo, na Alemanha, e da qual era o representante no Brasil, pedindo apoio para a realização de seu sonho.

Deste e de outros documentos, que culminaram com a vinda dos primeiros imigrantes em 1850, foram entregues cópias pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), às autoridades presentes, sendo que Jutta Blumenau recebeu também uma placa comemorativa. Emocionada, ela informou que os primeiros anos do Doutor Blumenau no país foram difíceis,



Presidente Knaesel e Jutta Blumenau Nielsen

levando-o ao desespero pela falta de apoio dos governos alemão e brasileiro. “Apesar das catástrofes, Blumenau prosperou e vai prosperar no futuro. Quanto ao meu bisavô, sua obra não envelhece com o tempo, pois tem vida própria”, completou.

O prefeito, Décio Lima (PT), frisou que o homenageado era um humanista, implantando uma nova concepção de trabalho, com mão-de-obra livre e os imigrantes sendo proprietários de terras,

ao invés do trabalho escravo reinante na época. O professor Bráulio Schloigel, presidente do Instituto Blumenau 150 anos, mostrou que o amor pelo Brasil fez o homenageado suprir dificuldades como enchentes, assim como a aquisição de maquinário para indústria e mudas de árvores frutíferas. Também esteve presente ao evento o presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau e Cônsul Honorário da Alemanha, Hans Prayon.

Agenda

Dia 04, às 19 horas, lançamento do livro “Tão fortes quanto a vontade”, de Nelma Baldin
Local: Hall da Alesc

Dia 08, às 14 horas, reunião para roteiro de viagem dos deputados à Itália para o Fórum de Agricultura Tri-Vêneta/Sul Brasil
Local: Plenarinho

Dia 08, às 17 horas, depoimento do ex-presidente do Sindicato dos Bancários, Artur Ratts Machado, à CPI do BESC
Local: Plenarinho

Dia 09, às 14 horas, atividades comemorativas aos 50 anos de fundação da UCE
Local: Plenário

Dia 09, às 19:30 horas, lançamento do livro “Carl Hoepcke - A marca de um pioneiro”, de Sara Regina Poyares dos Reis e Sandra Regina Ramalho de Oliveira
Local: Hall da Alesc

Dia 10, às 8:30 horas, sessão especial sobre PL que trata do ICMS das pequenas e microempresas
Local: Plenário

Dia 10, às 18 horas, presidente Gilmar Knaesel falará sobre a TV-AL e a democratização da comunicação em SC.
Local: Casa do Jornalista

Promoções culturais movimentam Alesc

A Galeria de Arte da Assembléia promoveu nesta quarta-feira a abertura da mostra de trabalhos das artistas Içara Andreza, Ionice Peruzzo e Kátia Lisboa. Até o dia 13, o público poderá conhecer trabalhos em papel, aquarelas, argila, metal, sucata, tecidos, fios e acrílica sobre tela. Içara é gaúcha de Cruz Alta, mas desde 97 é radicada em Florianópolis. Autodidata, Kátia Lisboa trabalha com o símbolo máximo da cidade de Lages, o pinhão.

A colagem e acrílico sobre tela são a base da exposição de Ionice Peruzzo, que desde 98 escolheu Florianópolis para viver e desenvolver suas atividades. A exposição segue a linha moderna, atual e colorida, tendo como inspiração a Ilha de Santa Catarina, o sol, o mar e a terra, onde utiliza tecidos e a renda de bilro.